

Thomas_Law

HISTÓRICO

1941

Conselho Nacional de Desportos / Decreto-Lei N° 3.199

O Conselho institui órgãos estaduais de desporto, federações e associações, estabelecendo bases de fomento, fiscalização e de estrutura administrativa do desporto. Foi extinto em 1993.

1988

Constituição de 1988 / Artigo 217

O desporto ganha status constitucional. A partir deste fundamento, a legislação infraconstitucional foi desenvolvendo normas que davam corpo e efetividade ao sistema jurídico-desportivo.

1998

Lei Pelé / Lei 9.615

Regulamenta a relação contratual entre atletas e entidades esportivas, transforma o vínculo desportivo em acessório ao contrato de trabalho, e disciplina o direito de arena, que garante participação dos atletas na receita proveniente da transmissão de espetáculos esportivos. Também trata de temas como gestão das entidades de prática e administração do desporto, financiamento da atividade esportiva e direitos trabalhistas dos atletas. Foi extinta em 2023.

Estatuto do Torcedor / Lei nº 10.671

visa proteger e defender os direitos dos torcedores em eventos esportivos, a transmissão de eventos esportivos e promoção do esporte como direito social, funcionando como um prolongamento do Código de Defesa do Consumidor para o desporto. Foi extinto em 2023.

2003

Lei Geral do Esporte / Lei nº 14.597

Institui um novo marco legal para o desporto brasileiro, consolidando e atualizando a legislação existente, como o Estatuto do Torcedor e a Lei Pelé. A lei busca regular o Sistema Nacional do Esporte, a ordem econômica esportiva, a integridade no esporte, e traz avanços em temas como a gestão e a igualdade de gênero.

*O procedimento junto à Justiça Desportiva segue a regulamentação trazida pelo Código Brasileiro de Justiça Desportiva, que aponta, ainda, os seus jurisdicionados e as infrações disciplinares.

Futebol é o esporte mais popular do Brasil, sendo acompanhado por 78% dos entrevistados (Resenha Digital Clube /Opinion Box)

MANIPULAÇÃO DE RESULTADOS

> O Brasil terá cerca de

8.200 partidas monitoradas até o final de 2025

> Em 2023, o país teve

partidas suspeitas de manipulação de resultados

> Em 2024, o país teve

partidas suspeitas de manipulação de resultados



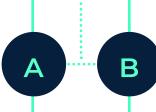
MANIPULAÇÃO

Manipular uma atividade esportiva, pela atual legislação, é ajustar intencionalmente, a prática de atos ou omissões com o intuito de alterar indevidamente o curso de uma partida ou competição, obtendo vantagens - em sua maioria, pecuniárias - para si ou para outrem, modificando, assim, a imprevisibilidade inerente ao esporte.

A manipulação pode se dar de duas formas:

De eventos inerentes ao jogo como, por exemplo, um arranjo

intencional sobre atribuição de um cartão (amarelo ou vermelho), ou, ainda, provocação de uma falta, um pênalti dentre outros lances.



De resultados; quando o arranjo intencional vai de encontro ao resultado orgânico da partida, alcançando uma vitória ou uma derrota de uma equipe, até mesmo um empate.

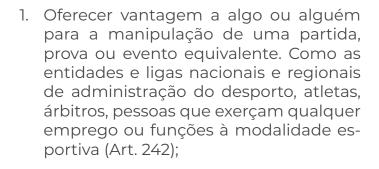
COMPETÊNCIAS DA JUSTIÇA DESPORTIVA

A Responsabilidade Desportiva consiste na atribuição, após o devido processo legal, de penalidades aos infratores da ordem desportiva, ou seja, casos de disciplina e competição como inscrito no artigo 217, §1ª da Constituição Federal de 1988.

Segundo o artigo, é de responsabilidade das entidades desportivas, dirigentes e associações a sua organização e funcionamento. Só há intervenção do Poder Judiciário quando, guiados pelo Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), esgotam-se todos os recursos dos Tribunais de Justiça Desportiva (TJD) e do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD). As decisões do Pleno são terminativas e produzem efeitos imediatos.

INFRAÇÕES

Segundo o Código Brasileiro de Justiça Desportiva, são infrações, entre outras:



- 2. Atuar, deliberadamente, de modo prejudicial à equipe que defende (Art. 243);
- Atuar, de forma contrária à ética desportiva com fim de influenciar resultado de partida, prova ou equivalente (Art. 243);
- 4. Se omitir em denunciar manipulação (Art. 191);
- 5. Deixar de colaborar com os órgãos da Justiça Desportiva ou de cumprir obrigações legais (Art. 65);
- Apostar em si mesmo ou em partida que possa exercer influência, ou permitir que alguém do seu convívio o faça para manipular resultado (Art. 65);
- Assegurar a ocorrência de um acontecimento particular durante partida de futebol da qual esteja participando e que possa ser objeto de aposta (Art. 65);
- Compartilhar informação privilegiada que possa ser considerada injusta e acarretar a obtenção de algum ganho (Art. 65).

*Com apuração dos fatos, se houver indícios de irregularidades, a Procuradoria apresenta a Denúncia a ser instruída e julgada em uma Comissão Disciplinar.

CONCLUSÃO

O Direito Desportivo no Brasil, mais do que estabelecer normas, protege a essência do esporte: a igualdade de condições, a ética e a imprevisibilidade dos resultados. Ao combater práticas como a manipulação de partidas e ao disciplinar atletas, clubes e entidades, a Justiça Desportiva garante que o jogo seja decidido dentro das quatro linhas.

No Thomas Law Advogados, acreditamos que conhecer essa base legal é fundamental não apenas para cumprir regras, mas para fortalecer a integridade, a responsabilidade e o compromisso com o jogo limpo. Afinal, o futebol só faz sentido quando a paixão se alia à Justiça.

Consultoria Técnica

Paulo Feuz e Thomas Law

Produção

Avocar Comunicação





www.thomaslaw.adv.br

